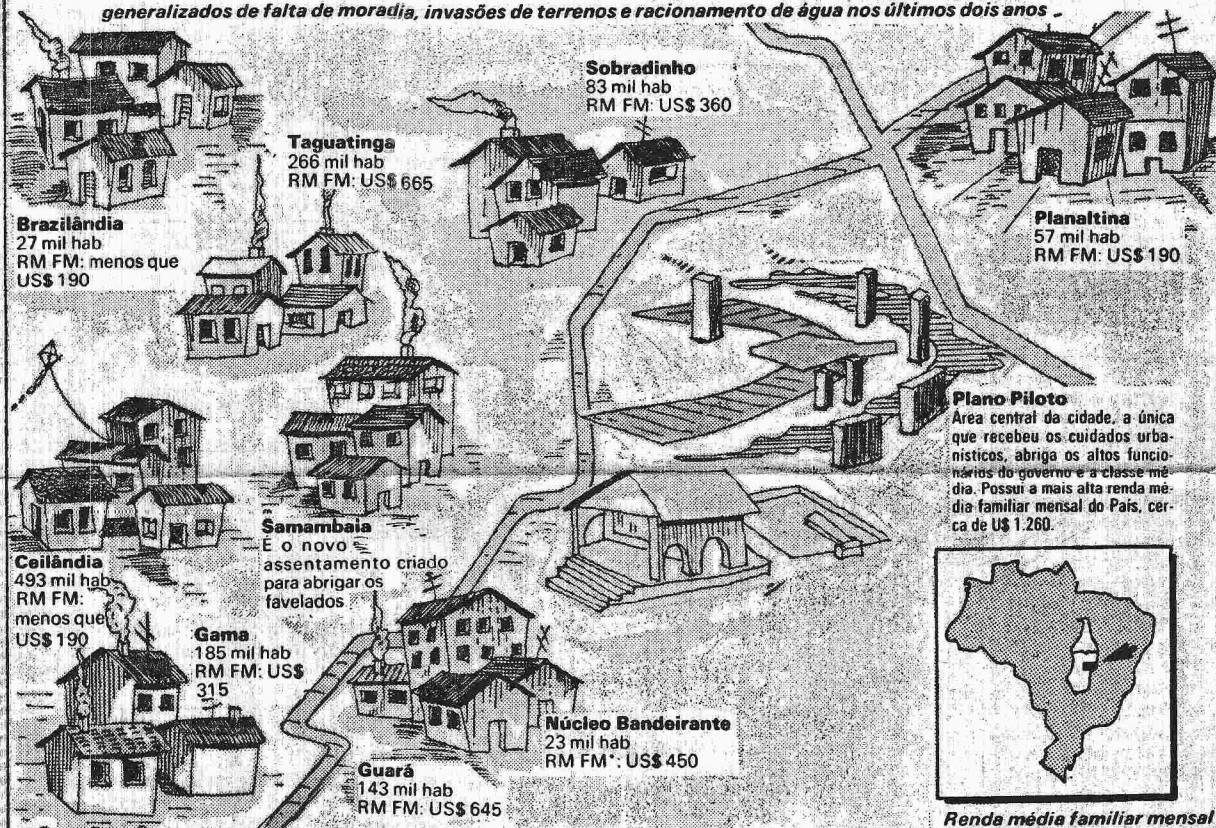


As 9 cidades-satélites, que abrangem 80% da população do Distrito Federal, enfrentam problemas generalizados de falta de moradia, invasões de terrenos e racionamento de água nos últimos dois anos.



HUGO CARNEVALI

Para abrigar o excedente populacional distribuído em favelas, foram criados núcleos habitacionais ao redor de Brasília. São as chamadas cidades-satélites, que não constavam do plano original de criação do Distrito Federal. Nas próximas semanas, o governador Joaquim Roriz seguirá os antecessores e comandará a transferência de favelados para a localidade de Samambaia, que futuramente também deverá ganhar o status de satélite de Brasília.

Atualmente são nove as cidades-satélites. A mais antiga é o Núcleo Bandeirante, a 17 quilômetros de Brasília. Com o nome de Cidade Livre, abrigava os candangos na época da constru-

ção da Capital, quando se residia gratuitamente e a comercialização era livre de impostos como forma de atrativo. Embora seja a primeira, Núcleo Bandeirante é hoje a menor satélite, com população estimada pelo IBGE em 23.113 habitantes. É uma espécie de ponto turístico, por manter sua memória viva em construções antigas, como o primeiro hotel de Brasília.

Na mesma época surgiram Sobradinho, Planaltina e Taguatinga, esta última atualmente a terceira cidade em termos populacionais e dona de vida própria, com comércio e indústrias. Depois dos anos 60, acompanhando o fluxo migratório, surgiram Gama, Guará,

Brazilândia e Ceilândia, responsável pela maior parcela do bolo populacional do Distrito Federal.

Como resultado da migração e da característica do Plano Piloto — fundamentalmente formado por funcionários públicos e com 377.215 habitantes —, o mercado de imóveis inflacionou e a oferta de emprego não obsoletou a demanda, levando à expulsão da população de menor renda para as satélites. Já em 1985, conforme o IBGE, a maior média de renda familiar mensal era do Plano Piloto (19,8 salários mínimos), seguido do Guará, com 10,14 salários mínimos.